



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

**Acta N.º 12/2025
(15ª do Mandato - 2023/2027)**

Ata da Reunião do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas realizada em 8 de novembro de 2025 (14:00, hora de Lisboa), em videoconferência (Zoom). Presentes 10 (dez) Conselheiros (membros do CP do CCP): António Guerra Iria, António Manuel Mota da Cunha, António Paulo Neves Marques, Beatriz Neves Guedes Pereira, Carlos Rui Pires Marcelo, Flávio Alves Martins, José Fernando Campos da Silva Topa, Manuel Pinto Pereira Viegas, Odete da Silva Fernandes, e Vasco Pinto de Abreu. Presentes ainda a Coordenadora da CT CEPECACS, Sandra Mano Ferreira, e o Coordenador da CT QCPC, Rui Ribeiro Barata. Ausências de Manuel Cândido de Oliveira Coelho, Daniel Ferreira Loureiro e do Coordenador da CT QSEFM, Hilário da Cunha.

1. Abertura da Reunião

A reunião foi aberta pela Presidente do Conselho Permanente do CCP (CP/CCP), Flávio Alves Martins, que, após verificação de quórum de presença, saudou a todos os presentes e agradeceu a participação na décima segunda reunião do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas, tendo também sido aprovada a ordem do dia por todos os presentes.

2. Assuntos em Discussão

- 2.1** Aprovação da Ata da reunião presencial em Lisboa (outubro)
- 2.2** Situação do orçamento para o CCP em 2026
- 2.3** Calendário de reuniões das estruturas para 2026
- 2.4** Recomendação para um programa de ASEC alargado. Proponente e Relator: António Cunha
- 2.5** Assuntos Gerais

2.1 Aprovação da Ata da reunião presencial em Lisboa, realizada na Assembleia da República, entre os dias 14 e 16 de outubro de 2025

A Ata da Reunião da reunião presencial de outubro de 2025, em Lisboa, foi aprovada por todos os membros do Conselho Permanente presentes na reunião.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

2.2 Situação do orçamento para o CCP em 2026

O Presidente do CCP, Flávio Martins, apresentou o estado atual da proposta orçamental para 2026.

Este ponto da ordem de trabalhos, de crucial importância para a atividade do CCP no próximo ano, foi objeto de um debate alargado e profundo.

O Presidente Flávio Martins iniciou a discussão recordando o cenário de incerteza e preocupação gerado durante as reuniões de outubro, com a existência de informações contraditórias sobre a dotação orçamental proposta. De um lado, a proposta administrativa da DGACCP; de outro, os valores constantes nos mapas informativos do Orçamento do Estado em discussão parlamentar.

Os membros do Conselho Permanente analisaram as implicações desta situação, tendo-se o debate centrado em três eixos principais:

- **Análise e Aprovação da Posição do CCP:** Foi apresentada e discutida em detalhe a posição sobre as necessidades financeiras do CCP para 2026, elaborada conforme mandatado em reuniões anteriores. Os conselheiros analisaram a estrutura do documento, que inclui uma justificação pormenorizada dos custos associados ao funcionamento das estruturas, às reuniões regionais e ao plenário, bem como às atividades fundamentais do mandato. Foram feitos contributos valiosos para reforçar a argumentação, destacando-se o impacto do aumento dos custos operacionais e de transporte internacional. Este documento foi concebido como um instrumento proativo, a ser utilizado independentemente do valor final aprovado, para defender as reais necessidades do CCP junto dos decisores políticos.
- **Estratégia Pós-Aprovação Orçamental:** Discutiu-se a necessidade de preparar uma resposta ágil e concertada assim que o OE/2026 fosse publicado. Foi consensual que, para além do valor global, seria crucial analisar imediatamente: A existência e montante de cativações aplicadas à dotação do CCP, as condicionantes ou orientações de execução que pudessem ser impostas pelo decreto de execução orçamental ou por comunicação da DGACCP e o impacto concreto na exequibilidade do calendário de atividades para 2026, cuja proposta seria discutida no ponto seguinte.
- **Plano de Ação Imediato:** Face à incerteza, deliberou-se que era imperativo manter a pressão institucional e preparar o terreno para qualquer cenário.

Debateu-se ainda a necessidade de o CCP adotar uma postura proativa e fundamentada junto do Governo e da Assembleia da República, não se limitando a reagir à proposta, mas apresentando uma argumentação clara sobre as necessidades financeiras para o cumprimento da sua missão.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

Deliberação:

- O Presidente do CP do CCP, reforçará os contactos oficiais com a Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP) e com os serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros, solicitando um esclarecimento escrito e definitivo sobre a dotação orçamental proposta para o CCP no Orçamento do Estado para 2026.
- Ficou definido que, imediatamente após a publicação do OE/2026, o CP do CCP analisará a versão final e a documentação acessória para aferir a dotação e condições aplicáveis ao CCP.
- Com base nessa análise, e utilizando o documento de posição aprovado como base argumentativa, o CCP enviará considerará as diligências e comunicação necessárias junto às entidades competentes (Governo e Assembleia da República), consoante o cenário: se a dotação for considerada insuficiente ou condicionada, a comunicação formalizará a posição de desacordo do CCP, solicitando a revisão das cativações ou a alocação de recursos adicionais. Se a dotação for condigna e sem restrições excessivas, a comunicação servirá para agradecer e reforçar a importância de se manter esse nível de financiamento no futuro.
- A situação orçamental permanece como ponto de urgência e acompanhamento permanente na agenda do Conselho Permanente até total clarificação.
- Em tempo, e após a aprovação do OE/2026, serão enviados às Secções Locais os procedimentos para as ações das SECÇÕES LOCAIS em 2026.

2.3 Calendário de reuniões das estruturas para 2026

Foi apresentada e debatida uma proposta de calendário de atividades para 2026, estruturada em torno das obrigações estatutárias, do plano de mandato e das diversas estruturas do CCP.

A proposta, detalhada e discutida ponto a ponto, é a seguinte:

- **Reuniões Anuais dos Conselhos Regionais (CRs):** As reuniões presenciais anuais dos cinco Conselhos Regionais deverão realizar-se entre 20 de fevereiro e 15 de abril de 2026. Cada reunião terá a duração de dois dias úteis (duas diárias). A cidade-sede de cada reunião será designada pelo respetivo Conselho Regional, tendo em conta critérios de centralidade, acessibilidade e logística. As Presidências dos CRs devem informar o CP/CCP, até 15 de dezembro de 2025, sobre a cidade escolhida e as datas exatas da sua reunião. Esta informação é crucial para a produção e posterior aprovação das atas.
- **Reuniões das Comissões Temáticas (CTs):** Está previsto que as reuniões das três Comissões Temáticas (CTs) ocorram simultaneamente em Lisboa, no final do mês de maio de 2026. O Presidente do CCP reunir-se-á em breve com os Coordenadores de cada CT para acertar as datas específicas, que serão depois submetidas à Secretaria-Geral do CCP (SECP) para os devidos arranjos logísticos e convocatórias.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

- **Reunião Presencial do Conselho Permanente (CP/CCP):** Está planeada uma reunião presencial do CP/CCP para o final de junho ou início de julho de 2026. As datas concretas serão definidas e comunicadas oportunamente.
- **Processo de Homologação e Comunicação:** Foi salientado que a presente proposta será submetida a homologação definitiva na reunião do CP/CCP marcada para 20 de dezembro de 2025. Uma vez aprovada nessa data, o calendário será formalmente comunicado à Secretaria-Geral do CCP (GSECP) e à Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP), conforme exigido pelos procedimentos institucionais.

Deliberação:

- O Conselho Permanente aprovou a proposta de calendário para as reuniões presenciais das estruturas do CCP para 2026, conforme detalhada acima. Reforça-se a importância crítica do cumprimento do prazo de 15 de dezembro de 2025 por parte das Presidências dos Conselhos Regionais para a comunicação das suas datas e cidades-sede. Esta informação é fundamental para a correta planificação logística, financeira e institucional de todo o ciclo de reuniões. O secretariado ficará encarregue de recordar este prazo às estruturas regionais e de integrar todas as informações para a homologação final em dezembro de 2025.

2.4 Recomendação para um programa de ASEC alargado. Proponente e Relator: António Cunha

O Presidente do CCP, Flávio Martins, apresentou a recomendação para um programa de ASEC alargado proposto pelo Conselheiro do Reino Unido, e membro do CP do CCP, António Cunha.

O documento submetido à apreciação do CP do CCP, é referente a apoios sociais, nomeadamente o ASEC, tendo sido acordado ampliar a sua aplicação nas Comunidades.

A recomendação para um Programa de Apoio Social de Emergência a Cidadãos (ASEC) Alargado é fundamentado na necessidade premente de reforma do programa actual, apontando:

- **A Ineficácia em Situações de Emergência:** Burocracia excessiva e prazos dilatados que tornam o apoio inútil em crises agudas.
- **CrITÉrios Restritivos:** Exclusão de situações de vulnerabilidade económica grave que não se enquadram nas tipologias actuais.
- **Falta de Agilidade:** Centralização decisória que impede uma resposta célere no terreno.

A recomendação propõe um novo modelo baseado em: alargamento de critérios, criação de um mecanismo de resposta rápida a decidir a nível consular para casos urgentes, simplificação de processos e aumento da dotação financeira.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

O documento em questão (ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O ENVELHECIMENTO DIGNO / Reforço e Reformulação do ASEC – Apoio Social a Emigrantes Carenciados) apresenta uma estratégia robusta, bem estruturada e humanamente necessária para lidar com o envelhecimento da diáspora portuguesa na Europa. As propostas são concretas, faseadas e assentes em princípios de dignidade, justiça social e responsabilidade do Estado, apresentando um conjunto integrado de medidas para implementar a Estratégia Nacional para o Envelhecimento Digno na Diáspora, estruturado da seguinte forma:

- **ASEC-Sénior:** Reformulação do apoio social existente para um programa contínuo, com avaliação técnica individualizada e critérios ajustados ao custo de vida local.
- **Equipas de Apoio Social (EASD):** Criação de equipas multidisciplinares ligadas aos consulados para visitas domiciliárias, avaliação de risco e articulação com serviços locais.
- **Rede Consular Social:** Estabelecimento de Gabinetes Sociais nos consulados para triagem e encaminhamento, com formação para os funcionários.
- **Financiamento a Associações:** Linha de apoio financeiro bianual para projetos de combate ao isolamento, mediante contratos-programa com metas.
- **Programa “Envelhecer com Dignidade”:** Promoção de redes de vizinhança, voluntariado, apoio psicológico e actividades sociais.
- **Linha de Emergência Social 24h:** Serviço em português para sinalização e encaminhamento imediato de casos.
- **Plataforma de Sinalização:** Portal online para comunicação confidencial de situações de risco, com acompanhamento centralizado.
- **Protecção Habitacional:** Respostas de emergência e protocolos para prevenir situações de despejo ou sem-abrigo.
- **Reintegração no Regresso:** Planos de acolhimento e ligação a serviços portugueses para idosos que voltam ao país.
- **Plano Imediato (0-90 dias):** Iniciação prática com projetos-piloto, ativação de serviços essenciais e nomeação de uma comissão de coordenação.

No entanto, a estratégia está claramente orientada para a realidade europeia (i.e. com forte foco no Reino Unido, França, Suíça), onde a presença da comunidade portuguesa é histórica, numerosa e com estruturas associativas consolidadas, pelo que foi solicitado que todos os membros do CP do CCP lessem a proposta, e partilhassem as suas manifestações, para que fossem incorporadas adaptações específicas para uma maior abrangência, incluindo os cidadãos nas regiões mais distantes e com realidades sociodemográficas distintas.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

2.5 Assuntos Gerais

Foram abordados sumariamente os seguintes temas:

- **Acompanhamento Legislativo:** Foi reforçada a necessidade de as comissões especializadas monitorizarem os processos legislativos em curso que digam respeito às comunidades (ex: Lei da Nacionalidade, reforma eleitoral).
- **Comunicação:** Reiterou-se a importância de reforçar a presença do CCP nos meios digitais e de explorar a criação de um boletim informativo eletrónico periódico.
- **Temas Emergentes:** Registou-se a sugestão de criar grupos de reflexão informal sobre desafios específicos, como o ensino do português em contextos não tradicionais ou o impacto das novas diásporas.

Estes assuntos serão integrados na agenda de trabalho das estruturas competentes do CCP.

3. Próxima Reunião

Ficou acordado que a próxima reunião do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas realizar-se-á no dia 20 de dezembro de 2025, por videoconferência, às 14:00 de Lisboa.

4. Encerramento

Não havendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada pelas 16:00 (hora de Lisboa) do dia 8 de novembro de 2025, pelo Presidente do Conselho Permanente do CCP, Dr. Flávio Martins, que agradeceu a colaboração de todos os membros do Conselho Permanente.

Esta ata foi lavrada pelos Secretários Vasco de Abreu e Rui Marcelo e será assinada pelo Presidente e pelos Secretários, de acordo com o regulamento do CP/CCP.

Lisboa, aos 8 de novembro de 2025.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

Flávio Alves Martins (Presidente)

Rui Marcelo (Secretário)

Vasco de Abreu (Secretário)